



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL – PR
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS – LICENCIATURA**

MATHEUS OCHIOV

**DINÂMICA AGRARIA DA COMUNIDADE SANTA LUZIA, MUNICÍPIO DE
RESERVA DO IGUAÇU-PR: PERSPECTIVAS PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO**

LARANJEIRAS DO SUL

2020

MATHEUS OCHIOV

**DINÂMICA AGRARIA DA COMUNIDADE SANTA LUZIA, MUNICÍPIO DE
RESERVA DO IGUAÇU-PR: PERSPECTIVAS PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal da
Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti

**LARANJEIRAS DO SUL
2020**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Ochiov, Matheus

Dinâmica agrária da Comunidade Santa Luzia, município de Reserva do Iguaçu-pr: perspectivas para permanência no campo / Matheus Ochiov. -- 2020.
62 f.:il.

Orientador: Doutor Fábio Luiz Zeneratti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR, 2020.

1. Comunidade. Dinâmica agrária. Trabalhadores rurais.. I. Zeneratti, Fábio Luiz, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO NO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS –
LICENCIATURA

MATHEUS OCHIOVI

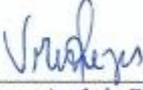
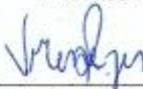
**“DINÂMICA AGRÁRIA DA COMUNIDADE SANTA LUZIA, MUNICÍPIO DE
RESERVA DO IGUAÇU-PR: PERSPECTIVAS PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO”**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti (UFFS)

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 29 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

	VIVIAN MACHADO DE MENEZES Siape: 2144383 Coordenadora Acadêmica em exercício Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS Campus Laranjeiras do Sul-PR
Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti (UFFS)	
Presidente / Orientador	VIVIAN MACHADO DE MENEZES Siape: 2144383 Coordenadora Acadêmica em exercício Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS Campus Laranjeiras do Sul-PR
	
Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto (UFFS)	
Avaliador	VIVIAN MACHADO DE MENEZES Siape: 2144383 Coordenadora Acadêmica em exercício Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS Campus Laranjeiras do Sul-PR
	
Prof. Me. Wagner Henrique Neres Fiuza (UFFS)	
Avaliador	

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram e colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho, desde o momento da escolha do tema, até a sua concretização. Obrigado pelas indicações e instrumentações teóricas que ao longo do curso tive a oportunidade de ter contato.

A minha mãe (Maria) imensamente, a qual me ajudou durante os quatro anos e meio de curso, e principalmente agora nessa etapa final.

Ao meu orientador (Fábio Luiz Zeneratti) que contribuiu para a realização do trabalho e da pesquisa, sempre compreensivo e prestativo nos momentos de dificuldade, sempre soube entender meu tempo e meus limites.

A alguns colegas, pela amizade, solidariedade e presença durante os quatro anos e meio.

A universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul, e ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, pela oportunidade de inserção na educação pública, superior e de qualidade.

Carinhosamente a Escola do Campo Antônia Ayres Antonichen, uma instituição fundamental na comunidade, que em todos os momentos durante a minha caminhada de formação esteve sempre com as portas abertas, disponibilizando materiais e o espaço. E também a diretora da escola: Marlize Neumman.

Sem esquecer-se do grande fortalecimento da professora e pedagoga Cláudia Hammel.

De maneira geral, a todos que caminharam juntos neste longo processo de estudo, luta e superação de dificuldades.

RESUMO

O estudo se dedica à análise e compreensão da dinâmica agrária da comunidade rural Santa Luzia, localizada no município de Reserva do Iguaçu, mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná. Coube a pesquisa uma abordagem histórica sobre a formação fundiária do Brasil, destacando os principais elementos da dinâmica agrária. A formação do Centro-Sul do estado do Paraná também foi analisada, por fim, observou-se o processo de construção da Comunidade Santa Luzia e do município de Reserva do Iguaçu. Utilizando-se da pesquisa bibliográfica e do trabalho de campo foi possível identificar quais os limites da propriedade privada da terra e as perspectivas para a permanência no campo para as famílias da comunidade. Onde a limitação do acesso à terra ocupa um papel central, sendo o principal gerador dos problemas e dificuldades evidenciados durante a pesquisa. Tendo esse parâmetro, a pesquisa identificou dois grupos de moradores, os pequenos e médios proprietários, que se assentam numa condição socioeconômica considerada estável e os despossados, esses não possuem terra, vivem em pequenos lotes na sede da comunidade. A partir dessas condições diferentes esses grupos projetam a permanência, ou não, na localidade, assim como as relações de trabalho e vida.

Palavras Chave: Comunidade. Dinâmica agrária. Trabalhadores rurais.

ABSTRACT

The study is dedicated to the analysis and understanding of the agrarian dynamics of the rural community Santa Luzia, located in the municipality of Reserva do Iguaçu, central-southern mesoregion of the state of Paraná. The research took a historical approach to the land formation in Brazil, highlighting the main elements of agrarian dynamics. The formation of the Center-South of the state of Paraná was also analyzed, finally, the construction process of the Santa Luzia Community and the municipality of Reserva do Iguaçu was observed. Using bibliographic research and fieldwork, it was possible to identify the limits of private land ownership and the prospects for staying in the field for families in the community. Where the limitation of access to land plays a central role, being the main generator of the problems and difficulties evidenced during the research. With this parameter in mind, the survey identified two groups of residents, small and medium-sized landowners, who live in a socioeconomic condition considered stable and the dispossessed, who do not have land, live in small plots at the community headquarters. From these different conditions, these groups project the permanence, or not, in the locality, as well as the work and life relationships.

Keywords: Community. Agrarian dynamics. Rural workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da mesorregião Centro-sul-PR.....	23
Figura 2 - Movimentação portuguesa no Estado do Paraná entre 1760 e 1780.....	25
Figura 3 - Localização do município de Reserva do Iguaçu	28
Figura 4 - Imagem aérea do espaço urbano de Reserva do Iguaçu.....	29
Figura 5 - Croqui da área aproximada da antiga propriedade de Ivo Arnes Gaspareto.....	37
Figura 6 - Fotografia da primeira Capela da Comunidade Santa Luzia	38
Figura 7 - Momento de festividade da comunidade	39
Figura 8 - Fotografia atual da Igreja da Comunidade Santa Luzia	39
Figura 9 - Localização da Comunidade Santa Luzia e a Sede do Município.....	40
Figura 10 - Vista da comunidade Santa Luzia	41
Figura 11 - Comércio da comunidade.....	42
Figura 12 - Casas e quintas na Comunidade Santa Luzia.....	43
Figura 13 - Imagem da comunidade	44
Figura 14 - Distribuição espacial das terras da Comunidade Santa Luzia.....	48
Figura 15 - Disposição das hortas na Comunidade	50

LISTA DE SIGLAS

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010	30
Quadro 2 - Valor bruto nominal da produção agropecuária – 2017	31
Quadro 3 - População Total, por Gênero, Rural/Urba, Reserva do Iguaçu-PR.....	32
Quadro 4 - Renda, Pobreza e Desigualdade, Reserva do Iguaçu-PR.....	33
Quadro 5 - Escolaridade e renda das famílias.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Diferença na Distribuição da terra por família na Comunidade Santa Luzia	48
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice populacional da comunidade Santa Luzia	42
Tabela 2 - Distribuição da terra por família na comunidade em 2020	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: ORIGENS DA QUESTÃO AGRÁRIA	14
3	FORMAÇÃO TERRITORIAL DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE	23
3.1	Aspectos histórico-geográficos do município de Reserva do Iguaçu.....	28
4	DINÂMICA AGRÁRIA DA COMUNIDADE SANTA LUZIA	34
4.1	Construção Histórica da Comunidade Santa Luzia.....	34
4.2	A Geografia da Comunidade Santa Luzia nos dias atuais.....	40
4.3	Trabalho e vida na Comunidade.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57
	APÊNDICE	59

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo geral compreender a dinâmica agrária da Comunidade Rural Santa Luzia, para isso alguns elementos foram selecionados, tais como: acesso à terra, trabalho e renda.

A Comunidade Santa Luzia está localizada no município de Reserva do Iguaçu, mesorregião Centro–Sul do estado do Paraná. É composta majoritariamente por famílias em situação de vulnerabilidade social. A população da comunidade enfrenta problemas em relação ao acesso a terra, ao trabalho e a renda, refletindo na perspectiva de permanência no campo.

Este contexto foi o que motivou esta pesquisa, que além da análise dos problemas relacionados a perspectiva de permanência das famílias na comunidade, realizou uma importante construção histórica da comunidade. Do mesmo modo que destacou a formação histórica da propriedade da terra no Brasil, com ênfase na formação territorial da mesorregião Centro–Sul do estado do Paraná.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, alguns objetivos específicos foram escolhidos, são eles: compreender questão agrária brasileira; discutir o papel da concentração fundiária como bloqueio para a territorialização dos camponeses; destacar os principais elementos da dinâmica agrária da Comunidade Santa Luzia; por fim, identificar os limites para a permanência dos moradores na comunidade.

A pesquisa foi desenvolvida com base numa abordagem qualitativa acerca das contradições presentes na localidade. Como procedimento metodológico, num primeiro momento se recorreu a pesquisa bibliográfica, logo em seguida foram realizados os trabalhos de campo. Dados quantitativos também foram utilizados, basicamente recorrendo aos bancos de dados oficiais.

Como instrumento de coletas de dados em campo foi utilizado a entrevista semiestruturada, sempre buscando estabelecer diálogos com os entrevistados, pois as fontes orais são importantes fontes de informações. Foram entrevistadas 13 famílias, das quais, duas delas fazem parte dos primeiros moradores da comunidade. As entrevistas aconteceram entre os meses de novembro de 2019 e março de 2020, foram gravadas em áudio e anotadas no roteiro de entrevistas. Todos os entrevistados autorizaram a utilização do conteúdo de suas falas, mas no

trabalho foram identificados apenas pelas iniciais de seus nomes, para evitar a exposição dos sujeitos.

Este trabalho está organizado, além da introdução e das considerações finais, em três capítulos. O capítulo dois abarca a formação territorial brasileira, destacando os principais marcos legais e históricos da Questão Agrária. O capítulo três trata da formação territorial da mesorregião Centro–Sul do estado do Paraná. Já o capítulo quatro vai discutir especificamente a formação da Comunidade Santa Luzia, evidenciando a formação histórico-geográfica e a dinâmica agrária da comunidade.

Por fim, cabe destacar que a pesquisa foi capaz de compreender no tempo e no espaço a formação da comunidade, suas potencialidades e limites para a vida no campo. O que está em pleno diálogo com a motivação de empreender essa pesquisa, afinal o pesquisador possui família e reside na comunidade. Além disso, há ausência de materiais bibliográficos referente ao recorte territorial elencado, conferindo dificuldades de obter informações, mas também se convertendo em motivação para produzi-las. Esperamos que este trabalho motive outros pesquisadores a estudar comunidades como a Santa Luzia.

2. A FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA: ORIGENS DA QUESTÃO AGRÁRIA

Esta pesquisa demonstrou que não é possível compreender a dinâmica agrária local sem considerar as origens da desigualdade geradas na formação territorial brasileira.

Os problemas atuais relacionados ao acesso à terra tem raízes em um passado colonial, cuja construção territorial movida pelos projetos da instalação colonizadora, ocasionaram numa consolidação de domínio expropriador, baseado na exploração de recursos, submissão de povos e principalmente na apropriação e domínio de grandes extensões de terras.

Neste processo as Sesmarias tiveram no Brasil grande destaque, Zeneratti (2012, p. 20) afirma que:

A Sesmaria foi o primeiro instrumento jurídico de acesso à terra no Brasil, sendo resultado da transferência para a colônia do sistema adotado em Portugal para resolver um problema de abastecimento vivido nos fins do século XIV, em que os senhores não produziam e nem arrendavam suas terras.

Este foi o primeiro instrumento que oficializou a ocupação do território brasileiro, com ela as terras começam a ser exploradas com finalidade de produção agrícola comercial, visando dar sequência no processo de colonização.

Zeneratti (2012, p.20) destaca que “diferente ao que acontecia na metrópole, no Brasil as demarcações das Sesmarias eram imprecisas, devido as grandes áreas doadas e a inexatidão das próprias cartas de doação”. Essa ineficiência na demarcação certamente foi um fator que acabou facilitando as fraudes nas metragens das áreas cedidas pela Coroa portuguesa. Unidades maiores as quais eram estabelecidas pelo regimento, foram anexadas. Este processo contribuiu para a formação dos primeiros latifúndios no Brasil, pois essas terras ficaram sob controle de uma parcela muito restrita da população, quem tinha direito sobre essas terras, destaca Zeneratti (2012, p. 20), eram senhores fidalgos, com prestígio econômico e político frente à Coroa.

Ao longo dos três séculos, a partir de um caráter social escravocrata, o processo de colonização foi baseado na ocupação de largas extensões de terras e por meio das concessões, sistematicamente culminou na construção de um espaço

paradoxal, e segregativo, com critérios ao qual determinava limites, com propósito que restringia e impedia a possibilidade da posse de áreas por homens pobres.

Assim sendo, o direito a terra no Brasil, reservado a um seleto grupo social, de senhores próximos ao poder real português, o que não incluía os outros grupos, como, os indígenas e os negros, bem como diz Zeneratti (2012, p. 20) “os mestiços e pobres não tinham a possibilidade de adquirirem terras”.

Os monopólios aos quais iam se constituindo se dava, então pela necessidade de formar grandes estruturas produtivas, no caso do Brasil colonial, fazendas, visando produção em larga escala de produtos primários para o fornecimento ao mercado europeu.

No período em questão, o mercado mundial abria espaço apenas para produtos tropicais de que a Europa carecia. Foi, portanto, a forma de inserção na Colônia que no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como o açúcar, traçou o modelo de agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista (SILVA, 2008, p. 52 *apud* ZENERATTI, 2012, p. 21):

Verifica-se, no Brasil, que a implantação das primeiras estruturas de produção, se deram, sob determinações do mercado externo. Com isso a primeira fábrica instaurada no país foi o engenho, para o processamento da cana-de-açúcar. É como exemplifica Zeneratti (2012, p. 20) “é diante disso, que o Brasil se insere no mundo capitalista ocupando o lugar de exportador de mercadorias”.

Embora as largas extensões de terras fossem semelhantes à dos grandes feudos europeus, as relações de produção e o modo de desenvolvimento colonial se caracterizavam como uma estrutura econômica já capitalista, é como aponta Zeneratti (2012, p. 20):

Nestas circunstâncias, podemos considerar que o Brasil entra diretamente no mundo capitalista, não sendo factível a tese de que aqui houve feudalismo e que haveria restos feudais ou semif feudais na agricultura brasileira.

Nota-se então, que o Brasil inicia seu processo de formação territorial engajada já numa lógica comercial capitalista, sustentada na monocultura da cana-de-açúcar, em extensas áreas (latifúndios) pelos senhores de engenho, onde o trabalho era realizado com mão-de-obra escrava, muito diferente do que acontecia nos feudos europeus.

O modo de produção feudal tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês (servidão). Já na relação social de trabalho escravista o senhor de escravos tinha a posse absoluta sobre o escravo ele se constituía em capital imobilizado e mercadoria, mesmo antes de produzir, o escravo já era mercadoria. Se no feudalismo o servo não podia ser vendido e nem punido com a morte, no capitalismo o escravo não tinha direito algum, sua morte representava apenas perda de capital (OLIVEIRA 1986, p.16).

Assim, diferentemente do camponês (servidão) no feudalismo, pode-se entender que os escravos, no regime comercial capitalista implantado no Brasil, significavam uma mera mercadoria humana na produção açucareira, estavam sob total posse de seus senhores, não tinham nenhum direito, nem terras, eram punidos severamente e quando morriam eram substituídos por outros escravos, vindos do tráfico negroiro.

Nesse caso, o Brasil colonial, e capitalista, o trabalho era imposto sob a forma da coerção física do trabalhador, o resultado da produção nesse período, diferente da lógica feudal, visava o comércio mercantil capitalista de abastecimento ao exterior. Com isso denota-se que as terras não eram concedidas para a subsistência, mas sim no desenvolvimento dos monocultivos açucareiros no sentido de obtenção de lucro. Para Oliveira (1986, p. 36) neste período o comércio detinha a hegemonia sobre as relações de produção, ou seja, a produção estava subordinada ao comércio, sendo assim, só se produzia o que se podia comercializar.

O que por sua vez significava domínio absoluto do poder real sob as leis, a economia, e ao direito a terra, afinal como já mencionado as terras não poderiam ser vendidas, pois era cedido ao requerente apenas o direito de uso, mediante as justificativas e obrigações as quais o sesmeiro deveria cumprir. É importante destacar segundo Zeneratti (2012, p. 24) que:

Também é estipulado, a partir de 1697, o limite das concessões, ou seja, as terras cedidas em sesmarias deveriam compreender uma área de três léguas de comprimento por uma de largura, porém, os métodos de medição eram rudimentares. Embora, o limite para as concessões já estivessem expressos quando a coroa recomendava que se doassem somente a porção de terra que uma pessoa, e sua família, fossem capaz de lavrá-la.

Como se observa no processo de distribuição sesmarial, havia critérios em relação às medidas, as quais deveriam seguir um limite de três léguas de

comprimento por uma de largura, porções suficientes para exploração das riquezas e cultivo de produtos agrícolas, o qual era a prioridade naquela época.

Porém, isso não aconteceu como desejava a metrópole, pelo contrário, a resistência imposta pelos colonos no cumprimento das exigências configurou problema comum neste período (SILVA, 2008).

Percebemos que algumas imprecisões nos métodos de controle possibilitaram certas aberturas para fraudes no processo de apropriação das terras, em outras palavras, os requerentes sabendo dos limites do regulamento, adicionavam terras a mais do que era estabelecido. As resistências com as deliberações reais começam a se transformar num problema.

Essa resistência se manifestava de diversas formas. Uns abriam mão da data de terras porque não podiam pagar, ou assim alegavam. Outros desistiam de uma sesmaria e pediam outra, na esperança de assim burlar o fisco; outros ainda não registravam e nem confirmavam suas sesmarias para fugir da obrigação, sendo estes, ao que parece, a esmagadora maioria. Ainda havia os que discutiam com as autoridades argumentando que, se o prazo para aproveitamento das terras era de cinco anos, o foro só era devido depois desse período escoado. E houve também casos em que a autoridade colonial atenuou as condições de pagamento (SILVA, 2008, p. 60 *apud* Zeneratti, 2012, p. 24).

Assim os mecanismos fiscalizatórios aos poucos vão sendo caloteados e o controle a cerca dos territórios ficava cada vez mais difícil por parte do governo, Zeneratti (2012, p. 26) destaca:

A coroa buscava através de medidas jurídicas obter maior controle acerca da apropriação territorial, mas os problemas eram muitos, até porque, no decorrer dos anos solidificou-se o modelo de agricultura de extensão, sem base técnica, com isso, a demanda por novas áreas férteis era constante. Neste contexto, os fazendeiros não tinham a intenção de colaborar para a medição e localização de suas terras, pois sempre necessitariam de novas áreas.

Nesse caso as resistências dos sesmeiros acabaram se sobressaindo em relação as jurisdições administravas do reino português, tendo em vista que os fazendeiros da época usaram como principal triunfo a produtividade em extensão, no sentido de justificar a necessidade de aumentar suas áreas de terras.

Identifica-se nestas circunstâncias, como se deu as estratégias usadas para a ampliação das terras por parte dos requerentes, percebe-se que as leis e normas estabelecidas naquela época não foram capazes de combater as fraudes. O que

realmente prevaleceu foi o interesse dos fazendeiros, os quais tomaram proveito do momento e da incapacidade regulatória do governo, burlaram as regras institucionais da colônia e foram anexando muito além do que era permitido.

Por outro lado, foi justamente o não cumprimento das regras das sesmarias por parte dos fazendeiros que possibilitou uma brecha para a recriação do campesinato. A posse, considerada ilegal pela coroa, foi uma estratégia utilizada pelos camponeses para conseguir acesso a terra, já que não podiam requerer as sesmarias.

A questão da posse também foi outro problema, principalmente no século XVIII, mesmo o posseiro fazendo sua terra produzir, que na verdade era o objetivo da metrópole com a implantação das sesmarias, a posse se tornava um entrave para o sesmeiro. Na maioria dos casos o posseiro era expulso, quando isso não acontecia o sesmeiro cobrava foro para liberar a sua permanência nas terras, sendo esta prática ilegal perante a coroa (SILVA, 2008 *apud* Zeneratti, 2012, p. 25).

O posseiro ocupava pequenas parcelas de terra, morava nas terras e as fazia produzir para o autoconsumo, este era para a coroa portuguesa mais um problema a ser superado.

Claramente a coroa não estava satisfeita com o não cumprimento das regras de sesmarias, se num primeiro momento ela negligenciou suas regras em face da produção colonial, num segundo momento ela passa a buscar maior controle sobre as terras, mas encontra dificuldade (SILVA, 2008). Aos poucos o sistema das sesmarias entra em crise, ambos os lados encontravam-se insatisfeitos, tanto a coroa quanto os fazendeiros que não aceitavam o controle real.

Problema agravado ainda mais pelo fato da terra não ter valor de mercado, então, os fazendeiros e colonos, desenvolviam as estruturas de engenhos e realizam toda a manutenção das suas terras com recurso próprio, assim, frequentemente abandonavam áreas, não pagavam os impostos, alegando baixa lucratividade e prejuízo.

As sesmarias foram extintas em 1822, o desenvolvimento da colônia reformulou os problemas existentes e criou novos, com isso, não foi mais possível sustentar um modelo que não atendia aos interesses do governo e muito menos do senhorio rural em formação que carecia de maior autonomia diante do acirramento do controle exercido pela metrópole (ZENERATTI, 2012, p. 25).

Como observado a classe do senhoriato colonial reivindicava mais autonomia diante do aumento do controle do governo português.

Com o fim das sesmarias passamos por um período em que não havia legislação que regulamentasse o acesso à terra, com isso, a prática da posse ganha maior expressão. [...] entre 1822 e 1850 ela foi a única forma de obter terras no Brasil (ZENERATTI, 2012, p. 28)

Após o término das concessões das Sesmarias, o Brasil passa por um momento de total ausência fiscalizatória. Durante trinta anos, a posse se torna o único meio de se adquirir terras, as formas desregradas propiciaram em vários conflitos, mas também possibilitou a chance dos pequenos posseiros, o que não era bem visto pela elite agrária, conseguirem adquirir algumas áreas.

Certamente esta apropriação desregulada do território resultaria em problemas de uso. Partimos do pressuposto que as regiões onde as características físicas favoreciam a prática da lavoura se esgotariam primeiro, intensificando assim, a disputa por estas terras (ZENERATTI, 2012, p. 26-27).

Dessa forma as disputas de terras aumentaram substancialmente, se antes, mesmo sob as leis governamentais as práticas de fraudes ocorriam, então com o fim das sesmarias e sem nenhum instrumento de controle, a tendência no que se diz respeito à prática de ocupação cresceu ainda mais.

A resolução de 17 de julho de 1822 extinguindo o regime de sesmarias no Brasil foi o reconhecimento de uma situação insuportável, cujas consequências poderiam de tal modo agravar-se a ponto de constituírem uma ameaça à propriedade latifundiária. Referimo-nos a um acontecimento da maior significação para a história do monopólio da terra no Brasil: a ocupação, em escala cada vez maior, das terras não cultivadas ou devolutas, por grandes contingentes da população rural (STEDILE, 2011, p. 77).

Podemos identificar que nesse período os grupos da população rural, agora nesse momento de transição, tiveram uma oportunidade maior de ocupar áreas, e com o fim do ciclo do açúcar e com o forte crescimento da produção cafeeira, as áreas ainda não ocupadas, passam a ser ocupadas.

Foram esses contingentes de posseiros ou intrusos, como passavam a ser chamados, que apressaram a decadência da instituição das sesmarias, obrigando as autoridades do Brasil Colonial a tomarem outro caminho para acautelarem e defenderem os privilégios da propriedade latifundiária (STEDILE, 2011, p. 77).

Percebemos como a elite agrária, articulou formas de bloquear o acesso à terra, no sentido de manter outras populações do campo numa posição social de submissão e dependência. Pois, a medida que a ocupação por camadas sociais não oriundas da elite ia crescendo, a aristocracia rural pressionava as autoridades coloniais para que houvesse um controle mais rígido em relação a posse.

A elite agrária começava olhar com certa preocupação essas ocupações, pois eles precisavam de seus grandes latifúndios para manter seus monocultivos.

Nestas condições o ordenamento fundiário torna-se necessário para garantir o controle do Estado sobre o território, pois a situação da apropriação irregular estava sem perspectivas de resolução por si só, pelo contrário, corria o risco de agravar-se significativamente. Do ponto de vista econômico, seria a garantia que a agricultura brasileira necessitava para se manter exportadora, latifundiária e controlada pelos proprietários de terras, que se viam ameaçados pelas lutas por terras e pela concorrência que o imigrante vindo para substituir os braços cativos representaria, principalmente se ao chegar adquirisse condições para tornar-se proprietário de terras, criando também um problema de mão de obra, visto que, o trabalho escravo dava sinais de não se sustentar por muito tempo (ZENERATTI, 2012, p. 27).

É neste contexto que a Lei de Terras de 1850 é promulgada. Visto que, com o iminente fim do trabalho escravo o imigrante europeu seria a força de trabalho nas fazendas. O processo da imigração rendeu preocupações, pois não era do interesse colonial conceder terras pra todos que aqui chegassem.

A Lei de Terras vai mudar a relação econômica estabelecida entre os fazendeiros e a propriedade, pois até então, mais valioso que a terra era o escravo. A lei vai regulamentar que só terá acesso à terra quem puder pagar por ela, a compra se torna a única forma de acesso, desta forma, transformando-a em mercadoria, fator contraditório, uma vez que ela não é fruto do trabalho do homem, não há trabalho materializado como acontece com as mercadorias oriundas da relação de produção capitalista (ZENERATTI, 2012, p. 29).

De imediato com base nessas evidências a lei significou a transformação da terra em propriedade/mercadoria, vinculado também no que podemos chamar de manutenção de privilégios. Afinal, como se pode notar, a terra a partir desse momento não passou a ser distribuída a outras comunidades, não houve democratização do acesso, pelo contrário, as novas normas jurídicas impostas com a lei restringiram ainda mais a possibilidade de adquiri-las por parte dos trabalhadores e camponeses.

A terra deixou de ser cedida e passou a ser comprada, se tornou propriedade privada.

Também mudou a relação do Estado com a propriedade da terra, pois no regime de sesmarias as terras cedidas permaneciam sobre seu domínio, o beneficiado tinha apenas o direito da posse e do uso, porém, agora os fazendeiros tinham a propriedade absoluta, como também a tinham sobre os escravos (ZENERATTI, 2012, p. 30).

Não resta dúvida que a legalização veio para materializar os valores patrimonialistas, o que estrategicamente foi a solução para manter a propriedade latifundiária dos senhores e tentar acabar com a posse por parte dos camponeses. Da mesma forma que tentava impedir o acesso a terra pelos trabalhadores pobres e imigrantes.

Isso demonstra a forma articulada no qual a elite agrária colonial buscou tirar as condições de posse para a maioria dos camponeses, com objetivo certo: deixá-los sem propriedade, trabalhadores despossuados, livres ao trabalho assalariado.

Isso foi possível graças à aliança que o Estado fizera com a classe dos proprietários, no sentido de criar bloqueios para o acesso à terra, garantido que a burguesia agrária não fosse ameaçada pelo imigrante, sobretudo europeu, que chegava ao país para suprir as necessidades de mão de obra (ZENERATTI, 2012, p. 30).

Planejaram estratégias a fim de impedir que a crescente massa de trabalhadores ocupasse os territórios coloniais, pois a intenção não era a formação de novos proprietários, mas de trabalhadores assalariados para as fazendas.

Os fazendeiros que já consideravam o real fim da escravidão identificaram que a imigração, sobretudo a financiada pelo Estado, seria a melhor opção para superar o regime posto. Aliada ainda, a elevação dos preços das terras, que garantiria que não houvesse concorrência na apropriação territorial, isso porque, os imigrantes geralmente eram desprovidos de recursos financeiros, então, a mão de obra estaria assegurada por essa grande massa de camponeses privados dos meios de produção essenciais a sua reprodução (ZENERATTI, 2012, p. 31).

Essa grande massa que aos poucos chagava no Brasil, mais os escravos libertos, foram configurando a classe de trabalhadores livres e pobres, totalmente dependentes do trabalho oferecido pelos senhores de engenhos e nas fazendas de café.

Neste cenário, a Lei de Terras acabou por ser a saída escolhida, não apenas para os problemas de apropriação territorial, que com o fim das sesmarias, e durante também, estava um verdadeiro caos, mas também para o problema que a imigração traria, pois com a proibição do tráfico negreiro e o evidente fim do trabalho escravo o imigrante seria a única alternativa para suprir a demanda das fazendas (ZENERATTI, 2012, p. 31).

O trabalho escravo é substituído pelo trabalho livre, o preço das terras agora capitalizado, se eleva, pois se tornou propriedade privada, podendo ser comprada e vendida. O Brasil muda suas leis para manter os privilégios da classe dominante do país.

Portanto, o cerne da questão agrária atual está neste processo, no qual a terra foi lentamente ocupando lugar central na relação de produção. O escravo deixou de ser cativa, a terra deixou de ser dada em concessão, o trabalhador livre europeu chegou ao Brasil, mas o fazendeiro continuou a ser fazendeiro, agora ainda mais forte, pois a terra é de sua inteira propriedade.

3. FORMAÇÃO TERRITORIAL DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE

O processo de formação territorial da mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná, constituiu-se subordinado aos projetos do governo português, primeiro com o intenso combate aos povos indígenas, depois pela ocupação das áreas.

Como destaca Roos (2015, p. 123) “o referido espaço mesorregional em apreço é constituído por 29 municípios, correspondendo a 13% da área do território estadual e está localizado, em toda sua extensão territorial, no terceiro planalto Paranaense”.

Figura 01: Localização da mesorregião Centro-sul-PR



Fonte: IPARDES, p. 07, 2004.

Os processos de ocupação que ocorreram na mesorregião Centro-Sul do estado do Paraná, campos de Guarapuava, tiveram um papel de destaque no processo de demarcação das fronteiras para o Brasil: “história de ocupação da mesorregião Centro-Sul paranaense remonta ao século XVII, com a designação, pela Coroa portuguesa, de sucessivas expedições bandeirantes para o reconhecimento e ocupação deste território” (ROOS, 2015, p. 123).

Esse cenário do século XVII é marcado pelas disputas territoriais entre Portugal e Espanha, e principalmente do grande esforço de Portugal em preservar as suas áreas já conquistadas.

A expedição de bandeiras de reconhecimento e ocupação inscreve-se no marco de anulação do Tratado de Madrid e rediscussão, entre Portugal e Espanha, das suas fronteiras na América [...]. Este fato criou uma ameaça de perda do território português aos espanhóis, motivando assim, 'uma marcha para Oeste' [...]. Nesse ínterim se insere a tomada do território dos indígenas que o habitavam, seguido da preação e o aldeamento destes, os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira (ROOS, 2015, p. 123).

O poder real utiliza a força militar como principal meio para a conquista das áreas, pois a permanência dos grupos indígenas no território significava um impedimento aos interesses econômicos da corte, dos comerciantes e dos fazendeiros.

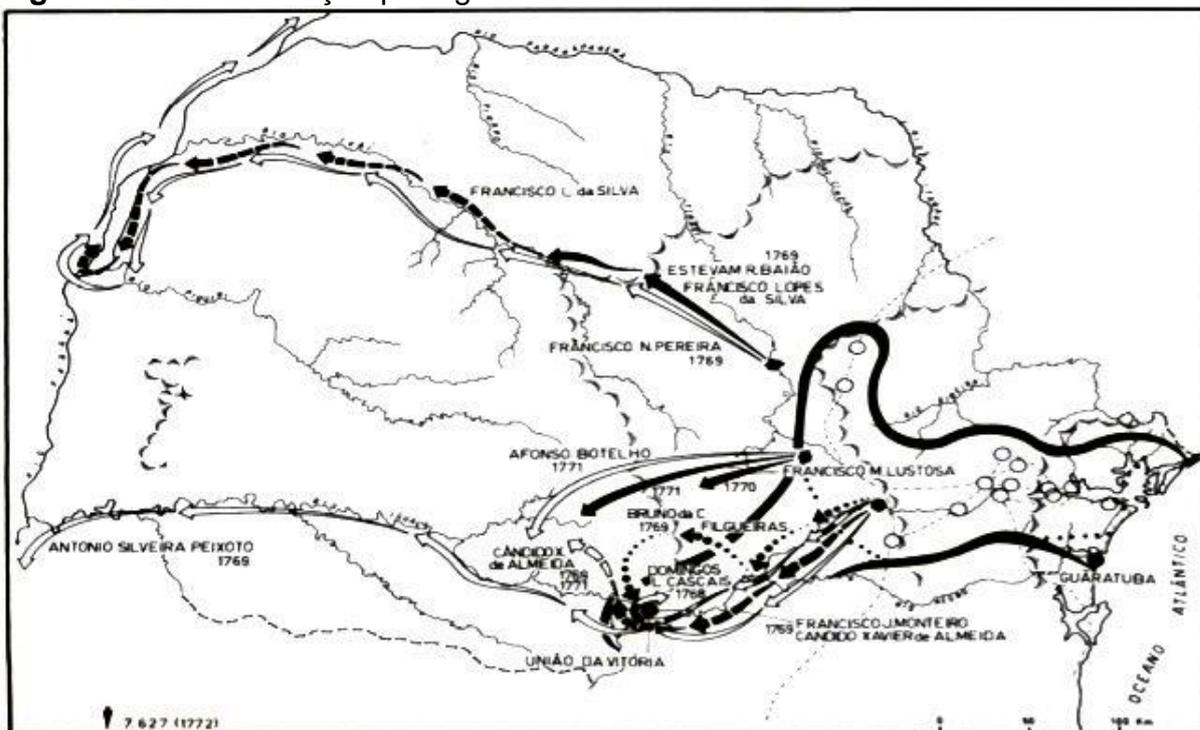
Destaca Roos (2015, pg. 124) que:

A intenção de 'povoar os campos de Guarapuava e civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território' (BRASIL, 1809. Não paginado), respondia também às demandas de comerciantes e fazendeiros das regiões de Castro e Curitiba que visavam a expansão de seus negócios e encontravam nos indígenas um entrave ao seus anseios. A busca por metais preciosos como ouro e diamante também motivara a intenção de dominar oficialmente tal território, protegendo-o de ataques de pessoas que não estivessem a serviço da Coroa Portuguesa.

Nesse momento os planos do governo eram demarcar as fronteiras e abrir caminhos, assim as investidas das expedições militares não pouparam esforços e promoveram verdadeiros massacres aos grupos indígenas da área que tentavam resistir. Os indígenas quanto não foram mortos tiveram que se afastar para aldeamentos distantes das áreas de incursão portuguesa.

Como mostra a figura 02, esse foi o percurso, realizado pelas expedições militares, saindo do Leste do estado e indo até o Oeste, no qual a guerra foi um elemento permanente durante toda essa caminhada realizada. A primeira expedição foi realizada em 1768, da segunda até a quinta expedição foram realizadas em 1769, já a sexta e sétima foram em 1770. Cabe destacar que estas foram às primeiras expedições, com baixa efetividade para seu propósito, mas sem dúvidas importantes para possibilitar posteriores incursões no território, especialmente a partir 1810.

Figura 02: Movimentação portuguesa no estado do Paraná entre 1760 e 1780



Fonte: Cardoso e Westphalen, 1981: Mapa 21.

Depois das conquistas dos territórios, se tem a implantação das atividades econômicas e a chegada de migrantes para ocupar os campos de Guarapuava. Este era o objetivo da corte, trazer pessoas, ocupar os espaços, abrir os sertões e explorar as riquezas que se encontravam em abundância.

Sobre isso afirma Roos (2015, p.124):

A Carta Régia de 1808 previa ainda que fossem dadas sesmarias nos campos de Guarapuava ao longo das vias de comunicação com Curitiba, proporcionais às forças e cabedais dos que assim a quiserem tomar e cultivá-las (BRASIL, 1808). Ou seja, as sesmarias eram dadas proporcionalmente a quantidade de escravos que cada um possuísse. Assim, aos mais abastados e aos fazendeiros já estabelecidos nos Campos Gerais e na região de Curitiba a Coroa doou grandes extensões de terras.

O processo de concessão de terras por meio das sesmarias estendeu-se pelo o estado do Paraná, através da Carta Régia, no ano 1808, século XIX, áreas que foram destinadas para exploração agrícola. Identifica-se que as terras eram doadas seguindo a proporção de quantidade de escravos a qual cada senhor possuía, o que nos leva a considerar que quanto mais um fazendeiro tinha mão de obra escrava, mais terras ele poderia adquirir.

Já quem não possuía escravos, como era o caso das camadas sociais pobres, e dos próprios escravos inclusive, os despossuídos economicamente, estes encontravam inúmeras dificuldades de acesso. Medidas planejadas pela elite fundiária que não queria que o acesso a terra fosse totalmente popularizado, lançando a maioria dessa parcela a uma única função: a de servir como mão de obra nas fazendas que estavam se formando.

A dimensão destas fazendas foi demonstrada por Abreu (1981 *apud* ROOS, 2015, p. 125):

As sesmarias distribuídas no Centro-Sul Paranaense estavam em acordo com o tamanho estabelecido pela Coroa Portuguesa, a saber: “uma légua de testada por três de comprimento ou cinco mil e quatrocentos alqueires de terra”. Outras apresentavam a superfície de uma légua e meia em quadra, equivalente a quatro mil e cinquenta alqueires de terra.

Como observado, essas foram às medidas estabelecidas pelo governo em relação ao tamanho das áreas para a concessão.

O processo de ocupação da região orquestrado pela Coroa Portuguesa se encontra na oposição latifúndio e minifúndio, no qual os grandes fazendeiros por serem detentores de mão de obra escrava conseguiram imensas extensões de terras através da concessão de sesmarias satisfazendo, momentaneamente, seus anseios por terras novas e campos limpos para ampliação de seus rebanhos. Já aos moradores pobres livres foram destinadas pequenas porções de terra, principalmente em torno das Vilas, as quais serviam a plantação de gêneros de subsistência e alimentos que abasteciam o restante da população (ROOS, 2015, p.125).

Observa-se que a corte lusitana aos primeiros momentos da ocupação dos campos de Guarapuava, buscou estabelecer critérios para não deixar ocorrer descontroles em relação a obtenção de terra. Entretanto, como indicado, a classe dos fazendeiros possuía uma numerosa quantidade de mão de obra escrava, e poder político, e nesse caso, o governo devido as suas fragilidades econômicas, dependia desses senhores, os quais souberam impor seus interesses para se beneficiar.

Os trabalhadores e camponeses pobres, quando eram contemplados, recebiam pequenas quantidades, normalmente áreas que não interessavam aos grandes sesmeiros, seja pela localização ou até mesmo pela topografia. Isso limitava as opções de atividades de trabalho, então esses trabalhadores ficavam responsáveis apenas na produção de gêneros alimentícios para abastecimento.

Já os grandes fazendeiros, privilegiados com imensas áreas, se destacaram pela criação de gado para a comercialização, enriqueceram ainda mais e impulsionaram bastante a economia da região a crescer nesse período, o que também desencadeou um significativo avanço do tropeirismo.

O tropeirismo foi um dos responsáveis pelo transporte do gado e de mercadorias, e também os tropeiros contribuíram fundamentalmente na exploração de áreas do interior, que ainda não haviam sido ocupadas.

Ainda analisando a posse da terra na região:

É importante pontuar ainda que a suspensão da concessão de sesmarias, pela Resolução de 17 de julho de 1822, não afetou a estrutura agrária desigual que se formava na região, pois a ocupação ilegal da terra passou a ser considerado modo legítimo de aquisição de domínios e assumiu proporções consideráveis. As terras passaram então a ser adquiridas através das posses ou ocupação, estabelecendo-se latifúndios maiores que os formados pelas sesmarias (ABREU, 1981 *apud* ROOS, 2015, p.126).

Durante esse período de ausência jurídica de controle na legislação agrária, o que prevaleceu foi o acesso a terra através da posse, momento marcado pelas disputas de interesses e pela ocupação desregrada, no qual a apropriação desorganizada culminou na formação de enormes latifúndios, o que por sua vez, provocou aumento ainda maior na desigualdade em relação aos fazendeiros e trabalhadores rurais.

Vale ressaltar que essas ocupações desregradadas foram praticadas majoritariamente por quem já tinha muita terra (Fazendeiros), pois sabiam que quando viesse a vigorar outra lei, as suas terras seriam juridicamente legalizadas.

Assim, assentado numa sociedade latifundiária e escravocrata foi se consolidando o processo de 'ocupação' do Centro-Sul do Paraná. A ocupação e o povoamento da região pelos não índios se deu de Leste para Oeste, ou seja, as frentes de ocupação se deslocavam das áreas já incorporadas de Curitiba e dos Campos Gerais em direção ao interior do estado (ROOS, 2015, p. 126).

Nesse contexto é possível analisar uma série de problemas provocados durante a colonização no território paranaense, começando pelo massacre aos grupos indígenas que habitavam o território, depois pela destruição de terra que visou apenas a elite econômica, que era próxima da corte. Os camponeses e trabalhadores pobres que necessitavam de terra para sobreviver não tiveram as mesmas oportunidades de acesso.

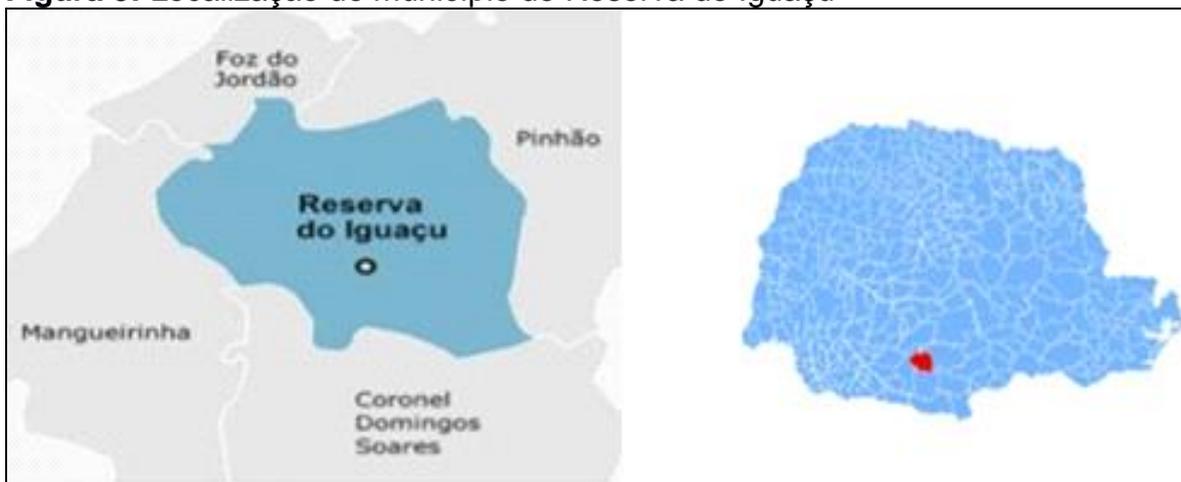
Este quadro nos leva a pensar que a desigualdade na distribuição fundiária atual não aconteceu por acaso, mas foi estrategicamente uma manobra necessária para garantir a dominação patrimonialista da oligarquia agrária, pioneira da construção dos primeiros latifúndios na mesorregião centro-sul paranaense.

3.1. Aspectos histórico-geográficos do município de Reserva do Iguaçu

Partindo de uma análise materialista de que os modos de produção são resultado das relações sociais de produção e que, por isso mesmo, produzem configurações socioespaciais complexas, foi necessário entender a partir dos números como se apresentam e quais são as principais atividades econômicas do município de Reserva do Iguaçu.

Assim, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o espaço onde se encontra organizado o município de Reserva do Iguaçu se localiza no Terceiro Planalto Paranaense, na mesorregião Centro-sul do estado, numa distância de 350 quilômetros da capital Curitiba e a 90 quilômetros de Guarapuava, e faz divisa com os municípios de Foz do Jordão, Mangueirinha, Pinhão e Coronel Domingos Soares.

Figura 3: Localização do município de Reserva do Iguaçu



Fonte: IPARDES, 2019, p. 01.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município de Reserva do Iguaçu possui uma população de 7.307 habitantes de acordo com o último censo realizado em 2010.

Encontra-se no município várias comunidades rurais: Baia, Santo Antão, Terra Nova, Águas do Iguaçu, Fátima, Faxinal Soares, Santa Luzia, São Sebastião, Nova Iguaçu, São Pedro, Butiá, Potreirinho, Assentamento Barreiro, São José e Reassentamento Segredo II, além de uma Vila Rural e a Vila da Copel.

Desmembrado do município de Pinhão, foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual nº 11.163 de 04 de setembro de 1995, sendo instalado oficialmente em 01 de janeiro de 1997 (IAP, 2008, p. 18). Desde então com a emancipação política e autonomia financeira, o município de Reserva do Iguaçu começa desenvolver as suas atividades econômicas locais e a receber cada vez mais novos habitantes.

Figura 04: Imagem aérea do espaço urbano de Reserva do Iguaçu



Fonte: Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, 2018.

Nesse âmbito, o que se observa, sobretudo é a manifestação de grandes extensões de áreas agrícolas dominando maior parte do território do município, terras particulares, divididas em fazendas. Também há médias e pequenas propriedades.

O quadro 01 traz alguns números relacionados às principais atividades econômicas desempenhadas no município.

Quadro 01: População ocupada segundo as atividades econômicas – 2010

Atividades Econômicas	Nº de Pessoas
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.251
Indústrias de transformação	252
Eletricidade e gás	61
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	5
Construção	310
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	206
Transporte, armazenagem e correio	41
Alojamento e alimentação	55
Informação e comunicação	10
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	7
Atividades profissionais, científicas e técnicas	30
Atividades administrativas e serviços complementares	93
Administração pública, defesa e seguridade social	323
Educação	136
Saúde humana e serviços sociais	16
Artes, cultura, esporte e recreação	9
Outras atividades de serviços	31
Serviços domésticos	103
Atividades mal especificadas	50
TOTAL	2.990

Fonte: IPARDES, 2019, p. 21.

Conforme mostra o Quadro 01 a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura se destacam em relação às outras atividades, empregando 1.251 pessoas. A administração pública, defesa e seguridade social vem depois empregando 323 pessoas, em terceiro lugar aparece o setor de construção empregando 310 pessoas, em quarto lugar, as Indústrias de transformação empregando 252 pessoas.

Já o quadro 02 apresenta os dados referentes à produção do campo.

Quadro 02: Valor bruto nominal da produção agropecuária – 2017

TIPO DE PRODUÇÃO (R\$ 1,00)	VALOR NOMINAL
Agricultura	102.017.489,62
Florestais	11.704.102,50
Pecuária	23.724.641,20
TOTAL	137.446.233,32

Fonte: IPARDES, 2019, p. 38.

Como podemos observar a agricultura no município de Reserva do Iguaçu, apresenta-se em primeiro lugar no que se refere ao valor bruto da produção agropecuária, seguida pela pecuária. Desde a emancipação do município, essas duas atividades foram as que mais cresceram, com destaque à produção agrícola que nesse caso lidera as taxas de produção.

Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2008, p.36), no município de Reserva do Iguaçu:

A soja, o milho e o trigo são as culturas com melhor produtividade, considerando as condições topográficas favoráveis, recursos e a infraestrutura disponível. Já o milho e o feijão, são consumidos na maioria das propriedades com característica de produção familiar (cultura de subsistência), como é o caso nas propriedades do entorno da UC.

A produção de grãos, como trigo, milho e soja, bem como diz Laurer Jr. (2006), fica por parte dos grandes produtores agrícolas, os quais ocupam a maioria dos espaços e os mais propícios a prática da agricultura no município, enquanto os pequenos agricultores, localizam-se em áreas cujo as condições não são tão adequadas, principalmente devido à topografia.

Historicamente no município de Reserva do Iguaçu também chegou a ocorrer embates relacionados à questão agrária.

O município de Reserva do Iguaçu, contando atualmente com vários assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a exemplo, do Projeto de Assentamento Barreiro e São José, bem como, de reassentamentos implantados pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), em face da construção da Usina Hidrelétrica Segredo, vive ainda uma situação de instabilidade social, provocada pela ocupação de áreas no município (IAP, 2008, p. 36).

Mesmo com a permanência dos assentamentos, o principal problema que se apresenta para esses agricultores é a condição de acesso ao apoio técnico e de

crédito nas propriedades, assim como a disponibilidade de recursos tecnológicos, o que leva uma boa parcela desses assentados a arrendar suas áreas para os grandes proprietários.

Vale destacar também a presença da luta e resistência da comunidade quilombola:

Com relação à comunidade Quilombola de Paiol de Telha Fundão, observa-se que não está muita clara a questão da terra nesta localidade, por parte da população da região. No entanto, sabe-se que os mesmos foram reconhecidos como descendentes de ex-escravos, os quais foram reconhecidos como herdeiros de Dona Balbina Francisca de Siqueira, a qual deixou uma área de terra na localidade denominada de Fundão, no Município de Pinhão-Pr, aos seus 11 escravos. Área esta que desde 1974 encontra-se em propriedade da Cooperativa Agrária Mista. Conforme informações dadas pelos líderes do Movimento Paiol de Telha, os descendentes dos ex-escravos, ou seja, os legítimos donos têm lutado para retomar o território tradicionalmente ocupado (ALMEIDA, 2009, p.18).

Sendo essa disputa, entre a cooperativa agrícola Agraria e o grupo dos quilombolas, o conflito agrário que se apresenta com mais expressão no município.

A seguir para poder identificar como se distribui os habitantes do município em relação ao espaço rural e urbano, foi necessário observar os indicadores populacionais e as transformações que ocorreram durante o tempo.

Quadro 03: População Total, por Gênero, Rural/Urbana, Reserva do Iguaçu-PR

População	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	6.678	100,00	7.307	100,00
População residente masculina	3.509	52,55	3.747	51,28
População residente feminina	3.169	47,45	3.560	48,72
População urbana	3.340	50,01	3.905	53,44
População rural	3.338	49,99	3.402	46,56

Fonte: IPARDES, 2019, p. 13.

No ano de 2000, podemos identificar uma população total de 6.678, sendo 3.340 pessoas no espaço urbano e 3.338 no espaço rural. Já no ano de 2010 a população reservense aumenta, passando de 6.678 para 7.307, com 3.402 habitantes residindo no campo e 3.905 na cidade. Fazendo uma breve síntese,

identifica-se que entre 2000 e 2010, a proporção entre população rural e urbana se altera, sendo que a população urbana aumenta e a rural diminui.

É como destaca o Instituto Ambiental do Paraná (IAP, 2008, p.26):

Após o desmembramento e instalação dos municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Coronel Domingos Soares em 1995, o perfil demográfico da região começa a apresentar mudanças significativas, particularmente pelo fluxo campo-cidade, considerando que boa parte da população rural acaba sofrendo o impacto direto da falta de infra-estrutura adequada (escolas, unidades de saúde, moradia, saneamento básico), bem como, perspectivas de trabalho e renda, qualidade de vida, fatores que contribuem significativamente para o êxodo rural e para o “inchaço” das áreas urbanas, debilitando ainda mais, a já frágil infra-estrutura local.

O Quadro 05 apresenta alguns indicadores importantes para dimensionar as condições sociais em que a população do município de Reserva do Iguaçu enfrenta.

Quadro 04: Renda, Pobreza e Desigualdade, Reserva do Iguaçu-PR

	2000	2010
Renda per capita	404,93	419,62
% de extremamente pobres	22,53	13,61
% de pobres	36,75	27,81
Índice de Gini	0,65	0,57

Fonte: IPARDES, 2019.

Os dados apontam que de 2000 até o ano de 2010, a renda per capita que era de 404,93 reais, aumentou para 419,62. Já o índice de pessoas extremamente pobres caiu, passando de 22,53% em 2000 para 13,61% em 2010. Isso teve reflexo no índice Gini, que passou de 0,65 em 2000 para 0,57 em 2010, indicando um pequeno processo de desconcentração de renda.

4. DINÂMICA AGRÁRIA DA COMUNIDADE DE SANTA LUZIA

4.1. Constituição histórica da Comunidade Santa Luzia

O levantamento histórico da Comunidade Santa Luzia teve como fonte de coleta de dados os registros encontrados em uma ATA da Igreja católica da comunidade. O documento nos forneceu informações importantes, depois de forma dialogada, foi realizada entrevista com os moradores mais antigos da comunidade, foi possível conhecer as suas histórias de vida e ao mesmo tempo a da formação da comunidade.

As famílias entrevistadas foram protagonistas na formação do povoado, e, portanto, as suas trajetórias tem uma relação direta com a história da comunidade, em outras palavras, a história da formação do povoado também é a história das suas vidas.

Para começar a investigação, optou-se em entrevistar a senhora M. C., atualmente com 77 anos de idade. Ela reside na comunidade Santa Luzia, mas antes do povoamento existir ela morava pelas proximidades da propriedade de Ivo Arnes Gaspareto, fazendeiro que era o detentor de toda área que hoje se apresenta a comunidade.

Dessa maneira os depoimentos da Sra. M. C., nos conduziram as primeiras evidências. Na qual, com bastante riqueza de detalhe, pode oferecer várias informações fundamentais para iniciarmos o entendimento acerca do processo histórico da comunidade.

A entrevistada destaca, logo no início, elementos da geografia do espaço: “Era um terreno de mato fechado, nessa época [1960] tinha vários pés de Pinheiros [Araucárias], cedros, as árvores que tinha aqui eram todas nativas de puro cerne, existia também longos trechos de taquarais, pés de erva-mate, era uma natureza em abundância”.

Por meio das ricas descrições da entrevistada¹, podemos inferir como eram as características do espaço nesse momento (1960), uma paisagem natural, caracterizada pelo predomínio da mata fechada, com uma alta concentração de espécies de árvores nativas, unidade ecológica antiga e conservada, um espaço

¹ A transcrição das entrevistas para o texto passou por pequenas adequações ortográficas, sempre preservando o conteúdo e o sentido do diálogo.

ainda pouco explorado e ocupado, já que a maioria das famílias moravam de forma mais distribuída no espaço, contornando a grade área da fazenda de Ivo Arnes Gaspareto.

A entrevistada M. C. nos explica que na época (anos 60 e 70) Ivo Arnes Gaspareto residia na cidade de Guarapuava e administrava a sua grande propriedade a distância, por meio de recados e também visitas, deliberava ordens a um capataz, que tinha a tarefa de fiscalizar os trabalhadores e manter a organização das atividades de toda a propriedade.

A entrevistada segue nos relatando, que nessas áreas as atividades que o proprietário Ivo Arnes Gaspareto desempenhava era unicamente a extração de árvores nativas para a comercialização: “Dr. Ivo tinha muitas terras por aqui e usava elas só pra tirar madeiras nativas”. Podemos relacionar os direcionamentos de suas atividades a uma demanda econômica da época no estado Paraná, como destaca Ayoub (2011):

Em 1939, quando a madeira atingiu o primeiro lugar no ranking de exportações do Paraná, as grandes reservas guarapuavanas de araucária permaneciam intactas. Foi somente a partir da década de 1940, que empresários paranaenses, e de outros estados, dirigiram-se para aquelas terras, a fim de explorar seus pinheiros. Uma década depois, Guarapuava se tornaria a região madeireira economicamente mais importante do estado (AYOUB, 2011, p.33).

A partir do ano de 1940 em detrimento da busca por madeiras, se torna comum o avanço de empresas para os sertões paranaenses, a propriedade de Ivo Arnes Gaspareto era voltada para essa finalidade. Um estabelecimento madeireiro de atividades vinculada a extração.

A segunda pessoa entrevistada, a Sra. M. B., moradora antiga, nasceu e morou até os seus 20 anos de idade pelos vales do Rio Iguaçu. Ela nos relatou como era a antiga sede da propriedade de Ivo Arnes Gaspareto:

Na sede da fazenda dele, do Dr. Ivo, tinha umas casinhas de madeira que servia pra alojar os seus empregados, e uma outra casa bem grande, bonita, que era o seu escritório, nessa casa ficava um funcionário, que era o gerente da Fazenda e cuidava de tudo para o Dr. Ivo. Os empregados eram de outros municípios, e lidavam com as madeiras, eles que entrevam no mato derrubavam as árvores partiam elas em pranchões e traziam com juntas de bois, até um estaleiro que ficava na sede, depois serrados em prachõe eram erguidos em caminhões e levados para Guarapuava, na sede da fazenda não tinha serraria muito menos ferramentas de serraria.

Vemos nos relatos da segunda entrevistada, que grande parte do trabalho envolvendo a derrubada e o corte das madeiras era realizado manualmente pelos funcionários. Os animais (bois) eram utilizados como meios de transporte, para retirar a madeira da mata.

A partir de 1980 quando a atividade extrativista começa a ser afeta pela retração comercial, Ivo Arnes Gaspareto aos poucos começa a vender todas as suas terras. Segundo os relatos da Sra. Sra. M. B., isso já era previsto, pois os seus interesses pelas respectivas áreas eram apenas obter as árvores para a venda. Ademais, havia outros fatores que impulsionaram o fazendeiro a se desfazer das terras, tais como: área pouco propícia à prática da agricultura, topografia de acentuados aclives e declives, a distância dos centros comerciais e principalmente pela diminuta quantidade dos estoques florestais nativos.

A família G. foi a primeira a comprar terras de Ivo Arnes Gaspareto, oriundos do município de Itapejara-RS, eles adquiriram 40 alqueires, aproximadamente 96 hectares. A senhora E. G., terceira entrevistada, hoje com 61 anos de idade, nos relatou como foi a chegada ao lugar e como foi os primeiros momentos:

Vimos com minha família pra cá em 1986, era uma fazenda de 1.500 alqueires, que era do Dr. Ivo. Quando chegamos aqui era só mato, dai nós demos um pedaço para construir a igreja e a escola que não tinha nada, o primeiro ano minhas filhas estudaram embaixo de uma lona, a primeira missa foi na descida embaixo de pé de árvore.

A entrevistada explica que o fazendeiro detinha uma grande quantidade de terras no local: “Dr. Ivo Arnes Gaspareto tinha muitas terras por aqui, [...] as terras dele começavam aqui onde hoje é a nossa comunidade e só acabavam as beiras do Rio Iguaçu.” Na figura 05 tentamos demonstrar a dimensão da área da fazenda.

Figura 05: Croqui da área aproximada da antiga propriedade de Ivo Arnes Gaspareto



Fonte: Google Maps, 2019. Organizado pelo autor.

Dessa maneira caracterizava-se a propriedade de Ivo Arnes Gaspareto, tomando grande parte da área em que atualmente se encontra as comunidades São Miguel, São Francisco, Rio Verde, Pato Branco e Santa Luzia.

A entrevistada relembra que o baixo preço no qual Ivo Arnes Gaspareto comercializava as áreas atraiu rapidamente vários compradores. Famílias originárias de localidades vizinhas foram pouco a pouco comprando pequenas e médias unidades de terras. O fazendeiro, pela ansiedade em vender as áreas, não estabelecia quantidades exatas para negociação, ele vendia a quantidade que os compradores podiam comprar.

A partir desse momento com a comercialização da grande fazenda de Ivo Arnes Gaspareto, o espaço que era apenas um vasto sertão de mata nativa, aos poucos vai dando lugar a uma nova organização socioespacial. Começa a ser ocupado por várias famílias, novas propriedades vão surgindo, destques vão modificando a paisagem, nascem lavouras, pastagens, casas, galpões, cercas e currais, elementos que vão marcando a ocupação das famílias que ali começavam a chegar.

As primeiras famílias que se instalaram na localidade, a maioria com uma característica em comum em relação a crença religiosa, eram católicos. Por isso, resolvem construir uma igreja no espaço, que a princípio não possuía nenhuma outra estrutura a não ser as florestas e a densa vegetação (ATA da Igreja Católica, sem data).

O senhor C. G. (morador do lugar) foi uma pessoa fundamental em relação a formação da comunidade, pois foi o primeiro comprador do lugar, e pouco tempo depois doou o terreno no qual foi utilizado para a construção de uma igreja, campo de futebol e pavilhão (ATA da Igreja Católica, sem data).

Em forma de mutirão, contando com a ajuda voluntária das famílias, foi construída a primeira capela no local, a sua construção significou um ponto de encontro e de referência para a nova classe de proprietários que surgia no lugar (ATA da Igreja Católica, sem data).

Devido a forte influência do catolicismo, o nome Santa Luzia foi escolhido para nomear a capela, pelo padre Pedro Boneti, dia 12 de março de 1989 em homenagem à devoção por parte da maioria das primeiras famílias povoadoras do lugar (ATA da Igreja Católica, sem data).

É possível de identificar que a igreja católica teve uma forte influência na organização social e cultural da comunidade, serviu como um ponto de referência para encontros. Trata-se de um espaço de socialização dos moradores, onde uma vez por semana (aos domingos) se reuniam para celebrar as missas e uma vez por ano para realização de festas em devoção a santa padroeira. Na figura 06 é possível visualizar um desses momentos.

Figura 06: Fotografia da primeira Capela da Comunidade Santa Luzia



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada Sra. Gislaine Ferraz.

As festas eram bastante comuns nessa época, conforme relatam os entrevistados. A figura 07 retrata uma dessas festas, elas representavam uma forte

relação de identidade com os valores religiosos e com o modo de vida tradicional rural, que aos poucos ia se consolidando no lugar.

Figura 07: Momento de festividade da comunidade



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada Sra. Gislaine Ferraz.

Esses eventos se tornaram frequentes na comunidade e impulsionaram na necessidade de criação de mais ambientes para socialização das famílias.

Uma das principais pautas dos moradores nesse momento foi a oficialização da Igreja no local, nisso Padre Antônio e o Bispo Dom Albano, juntos, por meio de uma missa, realizaram a benção do nome da Santa Luiza para a capela.

No ano de 1992 foi construída a igreja atual (Figura 08).

Figura 08: Fotografia atual da Igreja da Comunidade Santa Luiza



Fonte: O autor. Trabalho de campo, 2019.

Em 1994 passa a funcionar na comunidade o Clube das Mães e também a Associação de Moradores com objetivo de atendimento comunitário. Essas mudanças trouxeram também a instalação da primeira escola, abertura do comércio (uma venda) e a melhoria das estradas para o acesso a sede do Município.

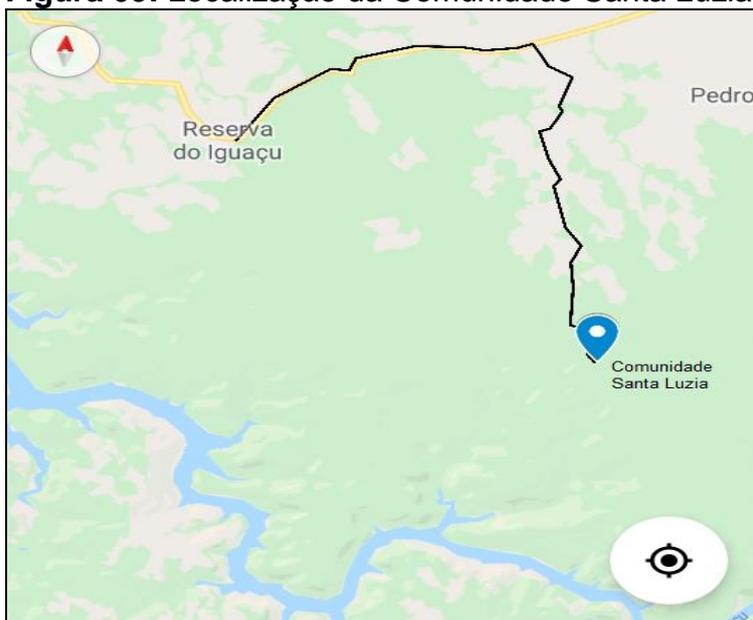
A instalação das infraestruturas como Igreja, pavilhão para o Clube das Mães e eventos, botecos, campo de futebol, escola e abertura de estradas, criaram a base da comunidade e contribuíram em escala local para uma elevação, quanto ao número de habitantes.

Como podemos observar, além de doar a área para a construção desses estabelecimentos, Clécio Giaretta, também colocou a venda alguns lotes localizados ao redor da sede (igreja, escola, campo de futebol), a partir desse momento residências aglomeradas começam a incorporar a área e contribuir no aumento populacional no lugar, condições essas que elevaram à localidade a categoria de comunidade.

4.2. A geografia da Comunidade Santa Luzia nos dias atuais

A Comunidade Santa Luzia se localiza a 30 quilômetros da sede do município de Reserva do Iguaçu (Figura 09). Atualmente a comunidade funciona como polo de referência aos outros povoados circunvizinhos (Faxinal dos Soares, Butiá, São Francisco, São Miguel, Rio Verde, São Pedro e Bicas) sendo a única comunidade que oferece Escola Municipal, Colégio Estadual, Creche, Unidade de Saúde, torre telefônica com internet 4G, além de duas bodegas e um cemitério.

Figura 09: Localização da Comunidade Santa Luzia e a Sede do Município



Fonte: Google Maps, 2020.

A estrada principal que liga a comunidade a sede do município é sem pavimentação (estrada de chão), porém com o serviço municipal, recebe as manutenções necessárias, facilitando a comunicação e os fluxos de transportes dos moradores. Durante os dias úteis da semana é comum o tráfego elevado de veículos, como caminhões, tratores, carros de passeio, motocicletas, transporte escolar e de saúde.

Todos os estabelecimentos da comunidade se apresentam próximos uns dos outros, como podemos observar na Figura 10, logo abaixo:

Figura 10: Vista da Comunidade Santa Luzia



Fonte: O autor. Trabalho de campo, 2019.

O posto de saúde atende todos os dias úteis da semana, entretanto oferece médico apenas três vezes por mês. As escolas (estadual e municipal) recebem a todo o público de alunos, os quais residem nas comunidades: Faxinal dos Soares, Pinhal, Butiá, São Francisco, São Miguel, Rio Verde, São Pedro, Bicas, Potreirinho, Nossa Senhora de Fátima, São Sebastião e Fazendas. Importante destacar que grande parte dos trabalhadores da escola e do posto de saúde são pessoas que residem nas comunidades.

Logo abaixo, na Figura 11, temos a rua comercial do local, onde se localizam os dois estabelecimentos comerciais da comunidade.

Figura 11: Comércios da comunidade



Fonte: O autor. Trabalho de campo, 2019.

Locais que vão muito além de relações comerciais, significando para os moradores um ponto de interação social e também de lazer.

Durante a pesquisa de campo foi possível também realizar um levantamento quantitativo acerca do número de habitantes, os resultados estão na tabela 01.

Tabela 1 - Índice populacional da comunidade Santa Luzia

Número de habitantes	185	Ano	2020
Número de Famílias	83	Ano	2020

Fonte: Pesquisa de Campo (2020).

Como se ver na tabela 1, por meio da pesquisa de campo com dados recentes, temos a identificação de 185 habitantes que residem na comunidade. Além desses indicadores relacionados ao número de habitantes, também, foi contabilizado o número de famílias.

Na Figura 12 é possível visualizar a comunidade e as casas que a compõe, a dimensão de área que é ocupada por cada casa é considerada pequena pelos moradores. O espaço disponível nestes terrenos normalmente possibilita abarcar a casa, uma horta, o terreiro e um galpão para guardar instrumentos e ferramentas de trabalho, sendo que as edificações muitas vezes são divididas por uma cerca.

Figura 12: Casas e quintas na Comunidade Santa Luzia



Fonte: O autor. Trabalho de campo, 2020.

Essa forma de integração configura o espaço da comunidade, em outras palavras, um núcleo de moradores concentrados, que se encontram cercados pelas áreas agrícolas e florestais, das pequenas e médias propriedades da redondeza.

Figura 13: Imagem da comunidade



Fonte: Google Maps, 2020.

Dentro deste quadro demográfico, observando as características das residências, vemos na localidade um padrão de comunidade rural, como destaca Muller (1996).

Todo conjunto de casas, suficientemente próximas para que se estabeleçam contatos sociais entre seus moradores. É uma célula de comunidade rural que existem certos tipos de parentesco ou de vizinhança, reforçados freqüentemente pela existência da venda, capela ou escola e cujo raio de ação marca os limites do bairro. (MULLER, 1996, p.129 *apud* MOREIRA, 2007, p. 186).

Vemos que esses componentes em comum, a vizinhança, relações de parentesco entre os moradores, a convivência coletiva estabelecida cotidianamente, com destaque para a forma de organização socioespacial da comunidade, são componentes que caracterizam a localidade.

4.3. Trabalho e vida na comunidade

As entrevistas semiestruturadas aplicadas durante os trabalhos de campo proporcionaram o acesso a elementos importantes para compreender as relações sociais estabelecidas na comunidade, especialmente no que se refere ao modo de

vida e de trabalho das pessoas que ali residem. Também foi possível observar como as relações capitalistas se apresentam na realidade e nas condições de vida desses sujeitos.

As relações de produção são na essência relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social. São, portanto, relações sociais de produção. Essas relações são a essência do processo produtivo. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um no processo de produção. Os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. Dessa forma, as relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em uma sociedade determinada, no processo de produção das condições materiais de sua existência (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Com base em Oliveira (2007) entendemos que, sobretudo, são as relações de produção que determinam as relações sociais da sociedade contemporânea, elas impactam diretamente no que se refere às dimensões econômicas, simbólicas e sociopolíticas. Em outras palavras, os processos sociais, as bases materiais as quais os sujeitos se encontram introjetados é o mais puro reflexo do conjunto dessas correlações.

O aspecto socioeconômico dos moradores da Comunidade Santa Luzia está inteiramente associado a um processo histórico, marcado pelo vínculo das famílias com o campo, com a terra, contato com a natureza e principalmente com o trabalho. Não obstante, diante dessas características, um elemento em especial chamou a atenção: a relação entre trabalho na comunidade e acesso a terra.

Sabemos que a comunidade foi formada graças a trajetória das famílias de pequenos e médios proprietários, que ao longo do tempo foram se instalando no local e contribuindo substancialmente para o processo de povoamento. Atualmente a comunidade, fruto de uma construção histórica, apresenta elementos particulares de organização, como a proximidade entre as casas por vezes separadas apenas por pequenas cercas, as relações de vizinhança e parentesco.

Estes elementos indicam um modo de vida particular construído na comunidade, onde as relações pessoais tem destaque, pois como afirmam Santos e Teló (2011, p. 147) a “categoria modo de vida é considerada como um conjunto de práticas sociais e formas de organização pautadas por valores específicos”.

Entendemos o campo como um espaço de reprodução social, marcado nos dias atuais pela contradição dos efeitos gerados pela modernização da agricultura,

onde cada vez mais o avanço do modelo econômico baseado no agronegócio tende a tencionar ainda mais a relação entre capital-trabalho acarretando vários impactos, como destacam Andrades e Ganimi (2007, p. 52-53):

Fatores como: deterioração das condições sociais, êxodo rural, prejuízos à saúde, concentração fundiária e de renda, marginalização da população rural, envenenamento do ecossistema por agrotóxicos, diminuição da biodiversidade e da biomassa, são alguns dos problemas econômicos e ambientais provocados pela Revolução Verde no país.

A Revolução Verde contribui para a diminuição das possibilidades de permanência, de trabalho, de autonomia e de terra para as populações do campo, impondo uma única forma de produção, a monocultura, marginalizando as populações rurais.

Essa nova dinâmica produtiva movida no campo pela Revolução Verde, além de ter trazido a introdução de maquinários e de produtos químicos para a agricultura, intensificou outros problemas sociais, como o desemprego e a concentração fundiária.

Nesse particular, vale a menção ao pensamento de Milton Santos (2000), para o qual o problema não está na técnica, mas no uso que se faz dela. Sendo assim, ao invés de a mesma nos ter oportunizado transcender o reino da necessidade e alçar o reino da liberdade, nas palavras de Marx (1974), porque capaz de nos livrar dos grilhões do trabalho fatigante, tem sido portadora da sua negação (PAULINO; KRÜGER, 2010, p. 106).

Bem com analisam Paulino e Krüger (2010), entendemos que a tecnologia por si só não é geradora dos problemas sociais decorrentes no campo, o que acontece é que historicamente o cenário agrário brasileiro esteve sob a tutela da classe latifundiária, concentrando a terra e explorando o trabalho.

Nesse caso, todo o pacote da chamada modernização da agricultura se implementou no Brasil seguindo a velha estrutura agrária dos latifundiários, sendo assim, a tecnologia que deveria poupar o homem do trabalho desgastante, condiciona-lo ao usufruto de um maior tempo de descanso e dos benefícios de todo o resultado da produtividade maior do trabalho, muito pelo contrário, sob a tutela dos capitalistas, acentuou ainda mais o subdesenvolvimento social do país.

O modelo latifundiário, agroexportador que se perpetuou no processo de modernização da agricultura, apesar de atrair vultosas remessas de dólares, não as converte em benefícios sociais. Esse dinheiro que forma grande parte do superávit primário brasileiro está acordado a pagamento dos juros

dos empréstimos auferidos junto ao FMI, portanto, a quantia destinada à melhoria da qualidade de vida, à geração de empregos, à infra-estrutura produtiva, entre outras prioridades, é direcionada aos fundos de instituições supranacionais (ANDRADES; GANIMI, 2007, p.54)

O modelo latifundiário e agroexportador gerou um ambiente ainda mais inóspito, mercantilizou a terra, além de ter lançado os pequenos proprietários um cenário econômico totalmente incerto.

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, e, conseqüentemente, com a consolidação do regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias na agricultura, a terra também, foi transformada em mercadoria (OLIVEIRA, 2007, p. 62).

A mercantilização da terra desencadeou a apropriação desenfreada por parte da elite agrária, tornou-a um bem natural cada vez mais distante dos interesses comuns da sociedade, por conseguinte impôs formas de trabalho totalmente desintegrados das necessidades populares, gerou uma corrida em busca do lucro que não leva em consideração a capacidade e principalmente a diversidade cultural, agrícola e social dos trabalhadores do campo.

No município de Reserva do Iguaçu, segundo os dados do IPARDES (2018) a principal atividade econômica é a agricultura, em seguida a pecuária, depois atividades de manejo florestal e reflorestamento. A Comunidade Santa Luzia aparece dentro dessa dinâmica socioeconômica, onde a agricultura e pecuária se apresentam com bastante expressão.

Para entender como esse processo se desenha na comunidade e afeta a vida e o trabalho dos moradores, buscamos compreender a distribuição da terra por famílias na Comunidade Santa Luzia.

Tabela 02 – Distribuição da terra por família na comunidade em 2020.

Famílias que possuem terrenos fora da comunidade	10
Famílias que possuem apenas um lote na comunidade	73

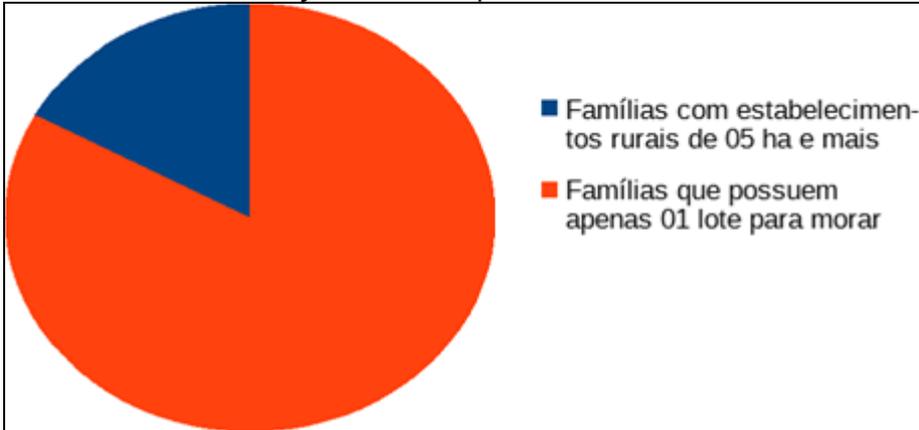
Fonte: Pesquisa de Campo (2019)².

Através desses dados da Tabela 02, obtidos por meio da pesquisa de campo, notamos que das 83 famílias que residem na localidade, apenas 10 possuem terra

² Além da pesquisa de campo, aqui foram utilizados dados da experiência de vida do pesquisador, pois reside na comunidade desde a infância e conhece os moradores.

fora da comunidade, áreas as quais podem trabalhar e obter algum tipo de renda, já a outra parcela, as 73 famílias possuem apenas o lote onde residem, com área apenas para a casa e quando muito formar uma horta.

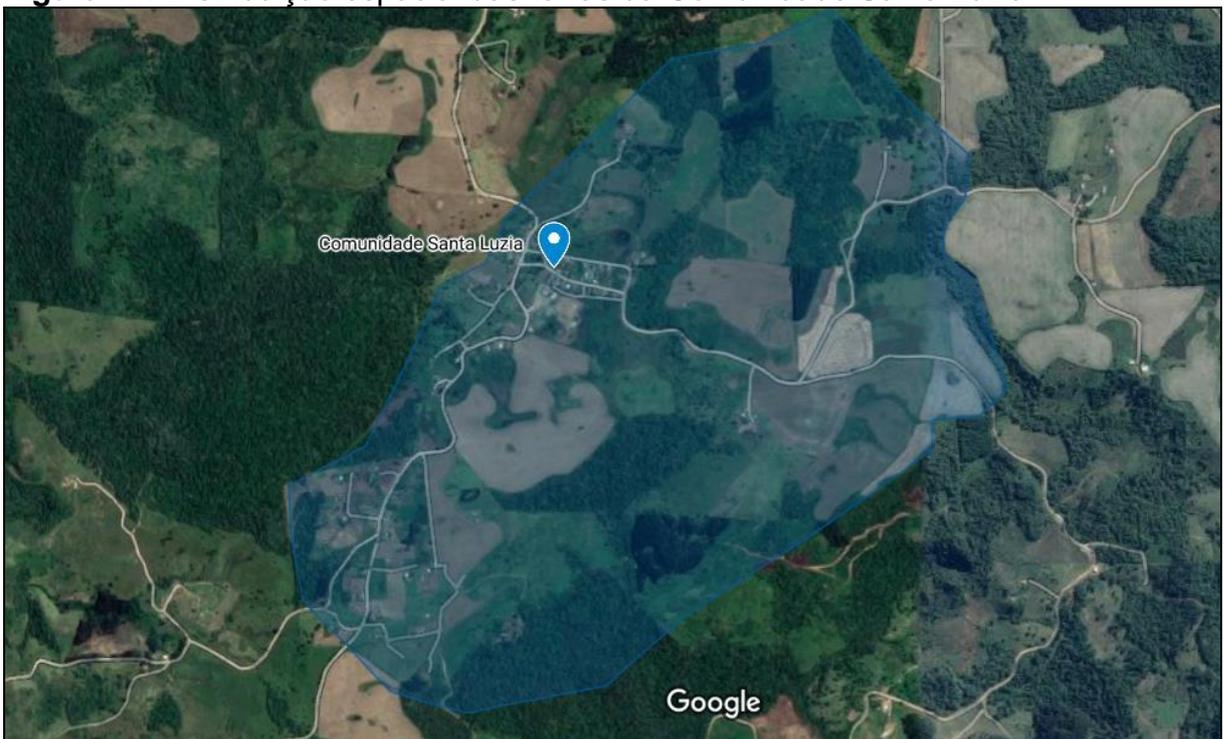
Gráfico 01: Distribuição da terra por família na Comunidade Santa Luzia



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Esses dados nos revelam uma ocupação do espaço da comunidade desigual em relação ao acesso a terra, pois como vemos no gráfico acima, apenas 17% das famílias possuem estabelecimentos rurais de 05 hectares e mais, enquanto a maioria, os 83%, residem em pequenos lotes aglomerados na comunidade.

Figura 14: Distribuição espacial das terras da Comunidade Santa Luzia



Fonte: Google maps, 2020.

Na Figura 14 podemos observar como se caracteriza e se dividem as famílias na comunidade, as áreas em verde da floresta e os campos correspondem às pequenas propriedades, mais ao centro se localizam as famílias, as quais residem com bastante proximidade umas das outras, em lotes, aglomerados, o que por um lado expressa o baixo acesso a terra, mas por outro é um dos motivadores para o desenvolvimento das relações de vizinhança.

Ao diferenciarmos as duas formas de ocupação do espaço, também nos deparamos com as diferenças socioeconômicas, daqueles que possuem terras e daqueles que não possuem. Nessa identificação de ambos os grupos, percebemos que se destacam dois elementos no cenário social da comunidade.

A grande maioria dessas famílias desapossadas são pessoas que se inserem em um contexto de trabalhadores possuidores apenas da sua própria força de trabalho.

Entendendo como se desenha tais contradições e analisando os indicadores do Gráfico 01 apresentado acima, foi necessário buscar por meio do roteiro de entrevista semiestruturado mais algumas informações sobre as duas categorias de moradores da comunidade (pequenos e médios proprietários; e, moradores residentes em lotes).

Para isso foi realizado o trabalho de campo na comunidade, visitando os moradores e buscando ouvir seus relatos, para assim, analisar o conteúdo de suas falas e compreender a dinâmica da comunidade.

Sendo assim, recorreremos a entrevista do Sr. Leandro, de 20 anos de idade, sua cidade de origem é Guarapuava, reside na comunidade há 17 anos, o tamanho do seu lote é de 100 metros quadrados e com ele moram mais duas pessoas, sua esposa e seu filho.

A primeira pergunta direcionada ao entrevistado foi relacionada à ocupação: trabalha onde e com o que? É assalariado? Há quanto tempo trabalha nessa atividade? A resposta foi a seguinte: “Fazendo cerca, na comunidade São Francisco a 16 quilômetros daqui de Santa Luzia, recebo um salário mínimo nesse trabalho, já trabalho há 6 meses nisso, por dia, sem registro na carteira”. Como podemos observar a disponibilidade de trabalho é momentânea, ou seja, não significa uma base empregatícia fixa, afinal se trata de trabalho temporário.

Já na próxima pergunta lhe foi solicitado o seguinte: O que o senhor produz no seu lote na comunidade? Especificar tudo que se produz e seu destino (comercialização ou autoconsumo). Neste caso, o entrevistado respondeu: “Pequena produção pra consumo, na horta: alface, cebola, salsinha, couve e um pouco de milho”.

Maioria dos moradores da comunidade possuem hortas, localizando-se geralmente ao redor da casa, realizam uma produção em pequena escala individualmente por cada família, para autoconsumo, cultivam produtos com: alface, tomate, repolho, pepino, couve, abóbora, mandioca, batata-doce, milho e feijão.

Figura 15: Disposição das hortas na Comunidade



Fonte: O autor. Trabalho de campo, 2020.

Outra questão posta foi sobre “quais as maiores dificuldades encontradas atualmente para sobreviver na comunidade?” A resposta foi a seguinte: “Renda, serviço, transporte, segurança, saúde.” O entrevistado Leandro completa suas afirmações nos relatando que em épocas do ano em que não aparecem ofertas de trabalho, o benefício social (Bolsa Família) se torna a única fonte de renda, recurso no qual é usado totalmente para suprir a alimentação da família.

Quando perguntados se desejam sair da comunidade? Leandro afirma que não, o sentido dessa afirmação é possível entender a partir da próxima pergunta: Quais as vantagens em viver na comunidade? Ele responde: “Custo de vida é barato, não paga imposto de lote, não precisa pagar água, a conta de luz vem sempre zerada.” Podemos perceber nos relatos do entrevistado que mesmo diante de todas essas dificuldades para se obter renda e principalmente trabalho, o local ainda se torna uma opção viável para ele e sua família, porque ao contrário da cidade, o custo de vida não é elevado, e mesmo em períodos do ano que recebem somente o Bolsa Família como única renda fixa, ainda é possível sobreviver.

Entretanto, essa questão assume outro significado quando se considera os jovens. Neste caso, os entrevistados afirmaram que os jovens ao terminarem os estudos na educação básica tendem a migrar para as cidades. Buscam empregos urbanos com o sonho de obter uma vida que consideram melhor, tendo em vista a realidade de trabalho duro dos seus pais.

Entrevistamos também a moradora Eloi Giaretta, sua cidade de origem é Itapejara (RS), ela reside na comunidade há 34 anos, e por muito tempo trabalhou com seu falecido esposo em uma venda (Armazém), que hoje continua funcionando, mas agora quem administra é sua neta.

A senhora Eloi Giaretta possui 4 alqueires de terra, aproximadamente 10 hectares, área a qual é destinada para arrendamento. Hoje com 61 anos de idade ela recebe um salário mínimo de aposentadoria, leva uma vida tranquila e estável economicamente, ocupa algumas horas do seu tempo cuidando de sua horta onde cultiva algumas hortaliças.

Pra ela viver na comunidade significa ter sossego, estar em constante contato com as pessoas da sua família e também vizinhos, o estilo de vida simples e tranquilo é um fator que segundo as afirmações da entrevistada favorece positivamente quanto a qualidade de vida na comunidade.

Além de identificarmos como ambas as famílias levam suas vidas na comunidade, também resolvemos trazer de forma sistematizada mais informações, estas, sobre renda e nível de escolaridade das famílias entrevistadas.

Quadro 05: Escolaridade e renda das famílias

Famílias entrevistadas	Número de famílias
Recebem Bolsa Família	08
Assalariados Temporários	10
Assalariados Permanentes (Aposentados)	02
Ensino básico incompleto	5
Ensino Básico Completo	1
Ensino médio incompleto	1
Ensino médio completo	1
Ensino superior completo	1

Fonte: Pesquisa de Campo (2019).

Como podemos observar no Quadro 05 a maioria das famílias entrevistadas dependem do benefício social do Bolsa Família, sendo esse benefício durante o ano a única forma de renda fixa. A segunda categoria, os assalariados temporários, também dependem do benefício social, quando encontram trabalho, o benefício serve com um complemento da renda, do final do mês, quando não tem trabalho o benefício social se trona a única fonte de renda fixa. Já os assalariados permanentes, no caso, são os aposentados.

As famílias que dependem com mais frequência do benefício social do Bolsa Família apresentam baixo nível de escolaridade, do total dessas pessoas entrevistadas, cinco delas, tem tempo de escola menor ou igual a 3 e 4 anos de estudo. Alguns conseguiram concluir o antigo primário (4 série), outros não.

As defasagens associadas aos níveis de escolaridade, impõe a esses trabalhadores principalmente a dificuldade em encontrar empregos com a carteira assinada, dificilmente eles se propõem a arriscar-se em aventuras de emprego na cidade. Se veem num cenário de poucas escolhas, por isso afirmam que tem que encarar duras rotinas de trabalho, sob sol escaldante e extensas jornadas de trabalho, pois não vislumbram alternativas.

Diante desse cenário, temos uma diferenciação quanto a inserção no trabalho, um contraste social, o qual destacamos em dois itens: 1) Os pequenos e médios proprietários de terra: essas famílias possuem uma condição socioeconômica estável, trabalham com a agricultura, pecuária, plantio de pinos e eucalipto, arrendam algumas áreas para outros produtores além de empregarem

alguns dos moradores da comunidade nas suas atividades; residem de forma mais distribuída, cercando as famílias que moram próximas ao perímetro da igreja; 2) Famílias que possuem apenas um lote na comunidade: este grupo representa os 83% da população da comunidade, ao contrário do primeiro, sofrem principalmente com incertezas para obtenção de renda, suas perspectivas de trabalho são na maioria das vezes incertas, a remuneração é baixa, além dos seus contratos serem de curto prazo. Ao contrário da primeira categoria, esses são trabalhadores despossuídos de terras, possuem apenas a sua força de trabalho, vivem de forma concentrada na base da comunidade, são uma espécie de reserva de mão de obra para os demais.

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Devem estar livres de todos os meios de produção. Esse processo, chamado pela ideologia capitalista de liberdade, assenta no processo de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, ocorrido em período histórico imediatamente anterior. Assim, os trabalhadores devem estar no mercado livres dos meios de produção, mas proprietários de sua força de trabalho, para vendê-la ao capitalista; este sim, proprietário dos meios de produção (OLIVEIRA, 2007, p. 36).

Analisando por essa ordem metodológica teórica, percebemos visivelmente a presença dessa tendência de separação entre trabalhadores e meios de produção na comunidade Santa Luzia, evidentemente que isso ocorre, em parte, devido as conexões entre o local e o nacional, pois o modo de produção capitalista quando hegemônico, como no caso brasileiro, tende a se reproduzir em todas as escalas.

As famílias que residem na base da comunidade nos remete a relaciona-las a condição de proprietários de apenas sua força de trabalho, são eles que estão a todo o momento precisando de um emprego, são a mão de obra barata e disponível, que atendem as demandas das propriedades agrícolas que cercam a localidade. Esses trabalhadores da comunidade são dependentes do trabalho assalariado, que na maior parte das vezes se trata de trabalho temporário, ou seja, trabalho precário.

Estes trabalhadores atuam principalmente nas atividades de capina em lavouras, plantio, colheitas, queima de carvão, roçados para preparação de áreas para pastagens, aplicação de agrotóxicos, extração de pinos e eucalipto, na lida com o gado e em algumas demandas de construções rurais (cercas, galpões, currais e

outras estruturas). Esses empregados trabalham em alguns casos por empreitadas, os pagamentos são por diárias, em alguns casos o pagamento é por produção.

Por fim, cabe destacar que as entrevistas demonstraram que o trabalho na comunidade é entendido com uma possibilidade de obtenção de renda, isso aliado ao lote e a possibilidade de produção na horta de gêneros alimentícios, garante a vida na comunidade. O que está em jogo é a sobrevivência, por isso desejam permanecer na comunidade frente aos desafios diários para acessar condições mínimas de vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do trabalho, iniciamos a pesquisa entendendo como se deu o processo da formação fundiária do Brasil, destacando o papel das Sesmarias e a Lei de Terras de 1850 para a concentração de terra no país. Processos que proporcionaram privilégios a elite latifundiária e jogou as massas pobres do campo a exclusão social, a exploração e a pobreza.

Não por obstante, adotamos a concepção de que os problemas, como, o acesso a terra, escassez de renda, trabalho precário e a falta de perspectivas de permanência das famílias no campo, é uma situação que emerge de forma multilateral, em todas as escalas territoriais do Brasil. São reflexos inteiramente ligados a construção agrária que ocorreu no passado, e que nos dias atuais esses efeitos impactam de maneira geral a todo campo brasileiro e em particular aos trabalhadores rurais.

E nisso, vemos a comunidade Santa Luzia sob esse contexto, onde a limitação do acesso a terra ocupa um papel central, sendo o principal gerador dos problemas e dificuldades que evidenciamos durante a pesquisa e realização do trabalho.

Uma relação dicotômica no espaço, já que a parcela dos pequenos e médios proprietários assenta-se numa condição econômica estável, usufruem de uma condição de vida e relação com trabalho em proporções de moderado crescimento e estabilidade financeira, o que permite diferentemente dos despossados, a permanência na localidade.

Nesse tocante, observou-se que as condições de acesso a terra de grande parte das famílias da comunidade é um entrave para o fortalecimento e a manutenção no campo. Os espaços pequenos dos lotes que cada família possui nos revelou uma situação de desposse do principal meio de produção no campo, a terra. Os problemas enfrentados pelos moradores, como a falta de trabalho e de renda, advêm de não possuírem áreas maiores como meio de obtenção de recursos.

Frente a isso percebemos que esses impasses acarretam para essas pessoas da comunidade, sérias dificuldades de subsistência e de reprodução social, mesmo assim afirmam que pretendem ficar na comunidade, pois acreditam que na cidade a vida seria ainda mais difícil.

Contudo, a pesquisa também demonstrou que parte das pessoas não encontram mais possibilidades que sejam suficientes para prosseguirem na comunidade, estamos nos referindo aos jovens, que frente aos problemas e a realidade de trabalho duro, trabalho precário, tem por consequência última alavancar cada vez mais a saída para as cidades.

Descobriu-se que, quanto as pessoas que decidem permanecer na comunidade, se destacam os aposentados, os pequenos proprietários, trabalhadores assalariados que atuam em serviços públicos da prefeitura, na escola da comunidade, e também as famílias beneficiárias do Bolsa Família, para essas últimas, permanecer no lugar ainda é uma opção melhor do que tentar aventurar-se nas incertezas das cidades. Estas pessoas, ainda que passem por dificuldades, veem o custo de vida urbana insustentáveis perante as suas condições e maiores dificuldades de emprego pelas suas baixas escolaridades.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa nos trouxe resultados fundamentais para a compreensão da comunidade, buscamos analisar vários elementos, mas como toda pesquisa, sempre ficam perguntas a serem respondidas, tais como: os pequenos e médios proprietários podem ser chamados de camponeses? Os jovens tendem a sair da comunidade, principalmente aqueles que concluem os estudos, como esse processo acontece? Na comunidade há elementos de organização coletiva capazes de possibilitar construir força política para reivindicar melhorias ao poder público municipal? A prefeitura municipal tem contribuído para fortalecer a comunidade? Esperamos que estas perguntas motivem mais pesquisas na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, V. P. As práticas tradicionais religiosas da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão: estudo de caso sobre a prática da recomenda das almas. In: Secretaria do Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Curitiba: SEED/PR, 2009. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20>>. Acesso em 12 de Setembro de 2019.

ANDRADES, T. O; GANIMI, R. N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v.21, Juiz de Fora, 2007.

AYOUB D. S. **Madeira sem lei: jagunços, posseiros e madeireiros em um conflito fundiário no interior do Paraná**. 2011. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CARDOSO, J.A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas Histórico do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 78 p, 1981.

FILHO. J.A, I; FONTES, O. M. R. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Minas gerais, Vol. 4, pg. 62-64, Jul-Dez, 2009.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil Avançado do Município de Reserva do Iguaçu** – 2018. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=91&btOk=ok> Acessado em 21 de março de 2020.

_____. **Caderno estatístico município de Reserva do Iguaçu**. Curitiba: IPARDES, 2019.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Encarte: 2 análise da região UC**. Curitiba, [s.n.] 2008. Disponível em: <www.iap.pr.gov.br/Planos_de_Manejo/7_Encarte_2_Analise_Regiao_UC> Acessado em: 10 de maio 2020.

MENDES, C. U. Sesmarias – Uma Dádiva do Rei. **Semina, Ciênc. Soc. Hum.** Londrina, p. 16-18, 11 nov. 1988.

MOREIRA, E. V; MEDEIROS, H. R. A. O Lugar e o Rural: Os Bairros Rurais no Município de Presidente Prudente. **Rev. Formação**, Presidente Prudente, 2007.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**. n.15 (43), São Paulo, p. 187-189, 2001.

PAULINO, E. T.; KRÜGER, C. R. Agricultura empresarial e produção camponesa no contexto das disputas territoriais recentes: o caso paranaense. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 32, n. 1, p. 97-107, 2010.

ROSS, D. **Contradição na construção dos territórios camponeses no centro-sul paranaense**: territorialidade do agronegócio, subordinação e resistência. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, 2015. 390 f.

SANTOS, A. L. M.; TELÓ, F. O lugar do campesinato no capitalismo: as múltiplas dimensões do processo de (re)criação de uma classe e de um modo de vida. **Agrária**, São Paulo, n. 15, p. 145-170, 2011.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2008.

ZENERATTI, F. L. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, v.27, n.50, 2017.

_____. **O Assentamento Rural Coletivo Copavi**: Contradições e Avanços no Processo de Territorialização Camponesa. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO PARA PESQUISA DE CAMPO

A) IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Data: _____

Município: _____

1 – Número de pessoas que fazem parte da família (residem na casa)? _____

Primeiro Nome	Parentesco	Idade	Trabalha no lote	Trabalha fora (Explicar) Campo ou Cidade; Fixo ou Temp.	Escolaridade

2 – Há quanto tempo o senhor (a) reside neste local? _____

Qual a cidade de origem? _____

Qual o tamanho do lote? _____

Renda Média da Família: _____

B) DINÂMICA DO TRABALHO

3 – Ocupação: trabalha onde e com o que? É assalariado? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

4 – Trabalha com a Carteira assinada? () Sim () Não
Explique de acordo com sua situação, se necessário!

5 – O que o senhor (a) produz? Especificar tudo que se produz e seu destino (comercialização ou autoconsumo):

Cultivo	Destino (Cooperativa, empresa, mercado ou consumo)	Volume da produção Especificar: mensal ou anual?

6 – Tipo de produção?

7– Quais Políticas Públicas o senhor (a) tem acesso? () PAA ; () PNAE () Pronaf
() Outro (qual):
() Não tem acesso à políticas públicas.

SOBRE AS FAMÍLIAS

8 – Quais as maiores dificuldades encontradas atualmente para sobreviver na comunidade?

9 – Sua família recebe benefícios sociais (Bolsa família)?

10– Porque estão na comunidade?

11 – Desejam sair da comunidade?

12 – Quais as vantagens em viver na comunidade?

13 – Sabe explicar a história de formação da Comunidade?
